

As TIC e a Cidadania Digital 65+

He rique Gil

ESE - Instituto Politécnico de Castelo Branco, CAPP – Universidade de Lisboa
hteixeiragil@ipcb.pt

Resumo

A maioria das investigações têm vindo a demonstrar que a população 65+ anos apresenta valores de literacia digital e, conseqüente, uma utilização das TIC muito reduzida, comparativamente com os cidadãos mais jovens. Foi realizada uma investigação de pós-doutoramento no concelho de Castelo Branco com o objetivo de investigar qual o impacto das TIC, *e-Saúde* e *e-Governo Local* nas rotinas dos cidadãos idosos e no seu processo de envelhecimento. Veio comprovar-se que estes cidadãos podem ser considerados info-excluídos, havendo apenas 10.3% que utilizam o computador e 9.75% que utilizam a internet. No que respeita ao *e-Governo Local* e à *e-Saúde* não se vislumbraram atitudes ou medidas específicas e objetivas para os idosos. A investigação veio demonstrar que, apesar dos serviços da administração pública cada vez mais tenham vindo a impor a utilização de plataformas digitais, há ainda cidadãos que são incapazes de realizarem um exercício pleno da sua cidadania: inclusão social.

Palavras-chave: Envelhecimento, Idosos, Inclusão Digital, Inclusão Social, Tecnologias de Informação e Comunicação.

1 O envelhecimento demográfico na Europa e em Portugal

O envelhecimento global tem vindo a tornar-se numa tendência que se tem vindo a acelerar de forma mais consistente nas últimas décadas. A principal razão para este incremento deve-se, fundamentalmente, a dois factos que se relacionam com o declínio da fecundidade e com o aumento da esperança de vida. E, tal como é afirmado por Powell (2010), este crescente e rápido aumento do envelhecimento vem assinalar uma drástica alteração demográfica de que não há referências semelhantes na história da humanidade. Em especial, são os países desenvolvidos aqueles que têm vindo a apresentar um número crescente de pessoas mais idosas. Neste particular, os países da União Europeia têm vindo a demonstrar esta tendência onde Portugal se tem vindo a destacar apresentando valores mais elevados. Como se pode verificar na Figura 1 e, de acordo com fontes do INE (2014), o índice de envelhecimento situava-se em 136 no ano de 2014, o qual irá aumentar, seja qual for o tipo de projeção previsto para o ano de 2060 onde,

na melhor das hipóteses, este número atingirá o dobro e, para um cenário menos otimista, poderá vir a triplicar:

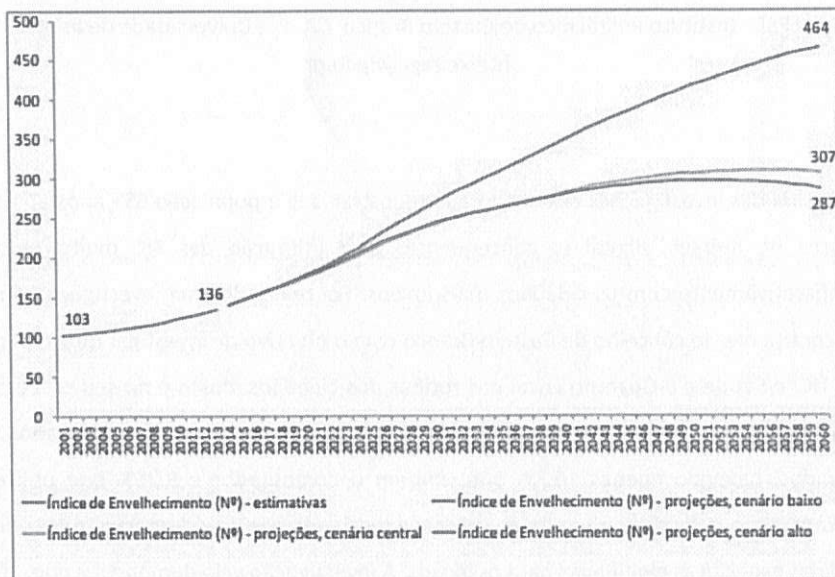


Figura 1 – Índice de envelhecimento de Portugal no período compreendido entre 2001-2060 (INE, 2014).

Como consequência, a população portuguesa tem vindo a envelhecer de forma crescente, tal como se pode observar na Figura 2 que torna bastante evidente a alteração da pirâmide etária de Portugal, destacando a evolução sentida durante 10 anos, correspondente ao período compreendido entre o ano de 2003 e o ano de 2013 (INE, 2014a):

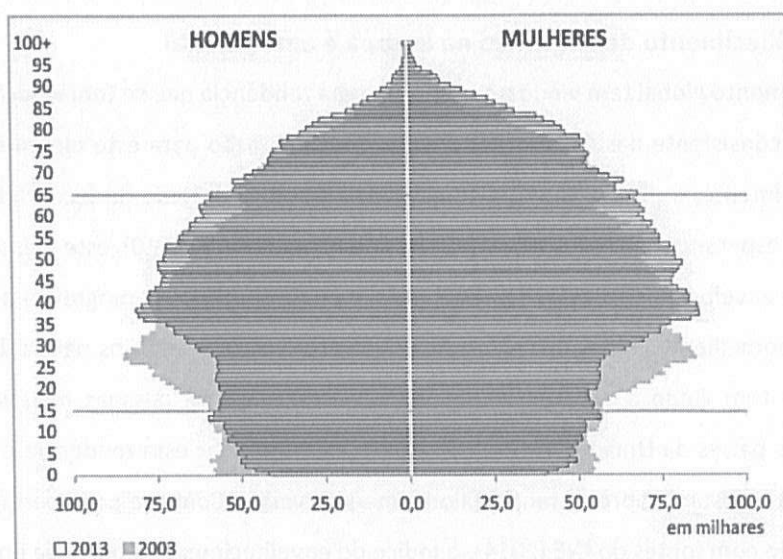


Figura 2 – Pirâmides etárias de Portugal correspondentes aos anos de 2003 e de 2013 (INE, 2014a).

Mas os dados recolhidos ao nível da União Europeia (EU-28) vêm corroborar a tendência observada em Portugal. Para o efeito, a Figura 3 apresenta as pirâmides etárias correspondentes à União Europeia (EU-28) para os anos de 2001 e de 2013, de acordo com os dados fornecidos pelo Eurostat (2015):

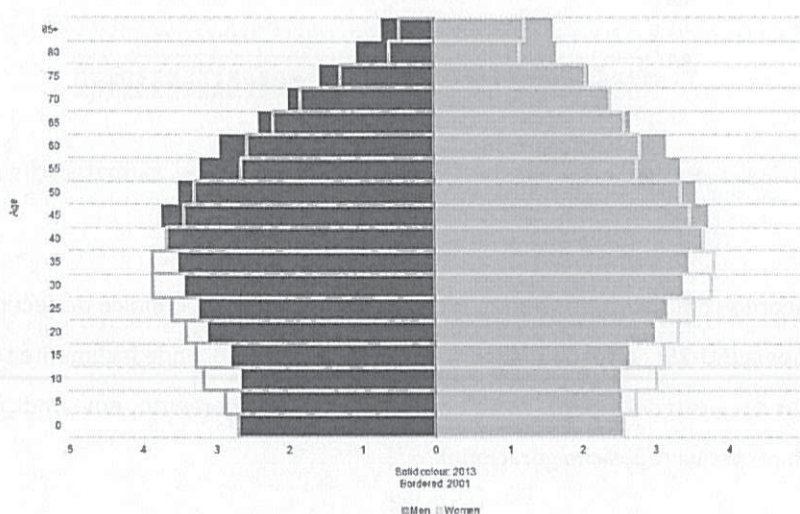


Figura 3 – Pirâmides etárias na EU-28 correspondente aos anos de 2001 e 2013 (Eurostat, 2015).

Proseguindo com esta análise comparativa entre a EU-28 e Portugal no que concerne ao processo de envelhecimento, passam-se a apresentar os dados relacionados com o índice de fecundidade. O índice de fecundidade corresponde ao número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (15 aos 49 anos de idade). Para o efeito, a Figura 4, permite observar que o índice de fecundidade em Portugal tem vindo a decrescer desde o ano de 1977, atingindo um valor mínimo em 2012 de 1,28, tendo como base os dados do INE (2013). Como também é apresentado e realçado na Figura 4, o valor de 2,1 do índice de fecundidade que é considerado como o valor mínimo para que possa ser assegurada reposição de gerações e o crescimento respetivo da população de um dado país. No caso de Portugal, a reposição geracional deixou de existir a partir do ano de 1982 quando o índice passou a ser inferior a 2,1. Os dados apresentados vêm demonstrar que o processo de envelhecimento de Portugal se pode considerar praticamente irreversível pelo que tardam medidas e incentivos governamentais para que se possa mitigar e/ou inverter rapidamente esta tendência.

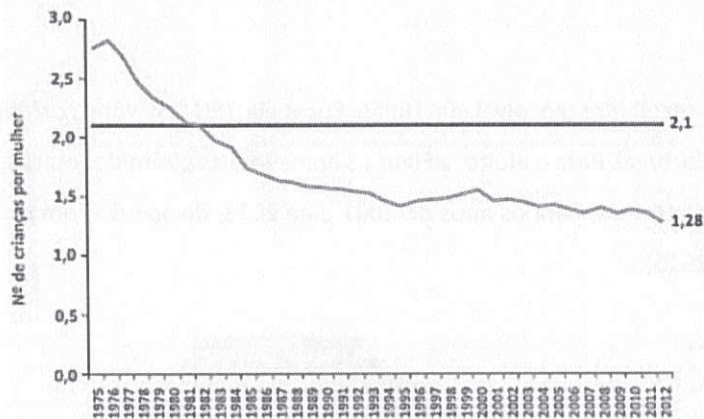


Figura 4 – Índice sintético de fecundidade em Portugal entre o período de 1975 a 2012 (INE, 2013).

Ainda de acordo com dados do INE (2013), a Figura 5 apresenta o índice de fecundidade na União Europeia (EU-28) correspondente ao valor médio de 1,58, onde facilmente se verifica que nenhum dos seus estados membros se encontra, no atual momento, em condições de poder promover a respetiva reposição geracional.

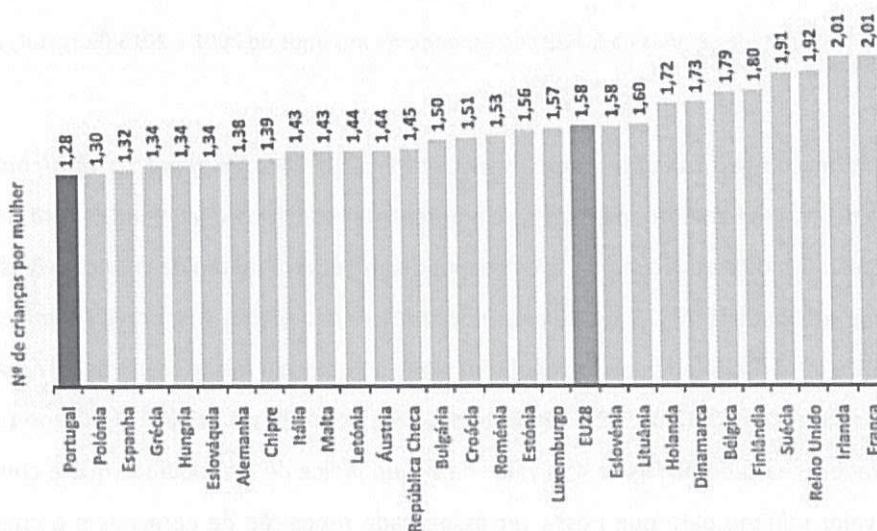


Figura 4 – Índice sintético de fecundidade na EU-28 no ano de 2012 (INE, 2013).

Os dados apresentados nas figuras anteriores vêm demonstrar, tal como já foi anteriormente enunciado, que o fenómeno associado ao envelhecimento populacional é uma consequência de dois principais fatores demográficos: a diminuição dos índices de fecundidade e o aumento da

esperança de vida. Associados a estes fatores podem ser salientados os casamentos mais tardios, a emancipação da mulher em termos laborais, aos avanços na medicina e às melhores condições de vida para a generalidade dos cidadãos. Consequentemente, como advertem Bloom e Canning (2005), esta radical alteração demográfica vem refletir-se num acréscimo nas taxas de dependência dos idosos. Por essa razão, Powell e Cook (2009) realçam o facto desta realidade vir criar desafios para as sociedades mais envelhecidas pelas alterações que vieram desencadear ao nível do mercado de trabalho, nas economias dos países, nos apoios da segurança social e médica, nas próprias estruturas familiares e para cada indivíduo, em particular. Também neste sentido Sequeira (2007) vem alertando para o facto de se encarar o processo de envelhecimento não apenas numa única vertente de carácter demográfico mas também numa vertente individual, mais complexa e mais abrangente (ao nível psicológico, sociológico, cultural, económico, ambiental...) que transcende apenas a variável cronológica. Por essa razão, Zimmerman (2000) ao se referir às pessoas idosas ou 'velhas' refere que este cidadão é portador de 'diversas idades' que incluem a idade do indivíduo, do seu corpo, de toda a sua história genética e das componentes psicológicas e sociais no âmbito das suas relações interpessoais e que o ato de envelhecer corresponde 'apenas' a uma outra etapa da sua vida. Daí se considerarem os cidadãos mais idosos como sendo o grupo social mais heterogéneo e, por isso, tal como é afirmado por Alves (2011), é importante investigar e compreender como se processa esse envelhecimento individual onde se entrecruzam diferentes padrões e etapas de crescimento, de estabilidade e de declínio ao longo de toda uma vida. Neste sentido, Paúl e Fonseca (2005) enfatizam a importância do trajeto de vida e toda a experiência acumulada como factores que podem delimitar a idade dos indivíduos e não apenas um critério simplesmente cronológico. Nesta linha de pensamento, Paúl e Fonseca (2005) afirmam ser necessário considerarem-se múltiplas idades que estão na base da transição de uma vida adulta para a velhice associadas a variadas características e decorrentes de processos individuais.

2 A exclusão social e a exclusão digital dos idosos

Quando se fala na cada vez maior digitalização da sociedade, na proliferação de plataformas digitais associadas ao denominado *e-governo*, *e-saúde*, *e-banking*, *e-commerce*, *e-learning*... é suposto que todos os cidadãos, sem exceção, utilizem estes recursos. Pois, a utilização destes recursos/plataformas digitais têm passado a constituir os meios pelos quais os cidadãos executam os seus deveres e, ao mesmo tempo, exercem os seus direitos como cidadãos. No entanto, a Figura 5 que se reporta aos utilizadores da Internet, com dados correspondentes ao

ano de 2013, vem tornar bastante claro o facto de à medida que se avança nas faixas etárias há um gradual decréscimo na utilização deste recurso digital.

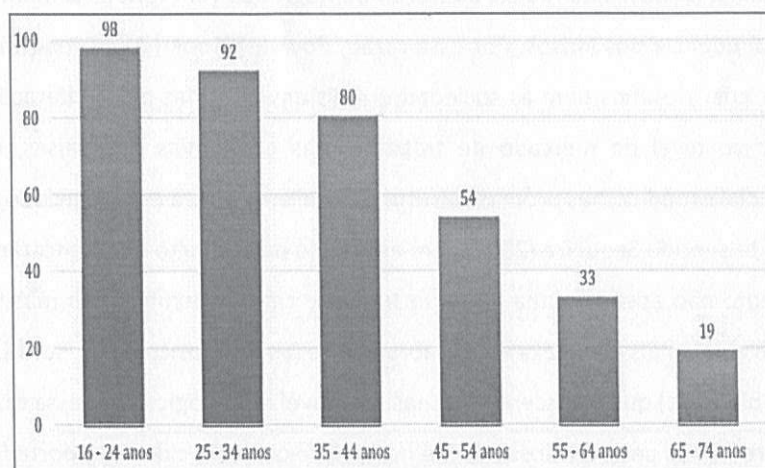


Figura 5 – Utilizadores de Internet em Portugal, em 2013, por escalão etário (Eurostat, 2014).

Tal como é dado observar na Figura 5, os mais jovens relativos às faixas etárias dos 16-24 anos reportam o valor de 98%, contrastando com a faixa dos mais idosos dos 65-74 anos que apresentam apenas o valor de 19% correspondente a uma utilização da Internet uma utilização. Também os dados da Obercom (2010) já vinham referenciando estes valores ao se afirmar que os jovens entre os 10-15 anos já atingiam praticamente os 100% na utilização do computador e 98,5 na utilização da Internet. Neste particular, referencia-se Marc Prensky (2001) ao denominar estes jovens como nativos digitais, como sendo aqueles indivíduos que têm acesso a toda uma gama de novas tecnologias digitais e que demonstram confiança na sua utilização sistemática e extensiva. Em suma, não restam dúvidas que os cidadãos mais idosos se podem considerar como info-excluídos.

Uma das razões que estão na base deste desfasamento entre os mais idosos e as TIC têm a ver com o facto de não terem tido uma exposição e uma necessidade de utilizarem estes recursos digitais no decorrer da sua vida profissional e pessoal. Neste sentido, tal como afirmam Crossan et al (2001) e Selwyn et al (2003), estas vivências anteriores podem levar a que os mais idosos nem sequer consigam perceber as reais vantagens e as utilidades práticas das TIC. Por outro lado, Harley & Fitzpatrick (2008) e Ala-Mutka & Punie (2007) referem o facto da indústria se focar nos interesses e nas necessidades dos mais jovens. Como consequência este obstáculo à incorporação das TIC nas rotinas dos mais idosos faz com que estes acentuem, de alguma forma,

uma fraca apetência por estes dispositivos digitais. Ainda numa outra vertente, Notess & Lorenzen-Huber (2006) referem ainda o facto das TIC serem desenhadas e concebidas para o meio laboral e com objetivos que visam a produtividade e a eficiência. Ou seja, objetivos e âmbitos onde as TIC dificilmente se podem enquadrar junto dos mais idosos. Quer isto dizer que se a sociedade cada vez mais 'obriga' à utilização de suportes digitais para o exercício da cidadania, quem está numa situação de exclusão digital está diretamente associado a uma situação de exclusão social. Esta é a questão mais preocupante e que urge inverter, para que os mais idosos possam ter um processo de envelhecimento mais adequado e com melhor qualidade de vida no seio de uma sociedade onde estejam e sejam verdadeiramente incluídos, em todas as suas dimensões.

3 Os cidadãos 65+ e as TIC: resultados e implicações da investigação

3.1 Enquadramento do contexto da investigação

A investigação envolveu todo o concelho de Castelo Branco tendo participado 400 idosos com 65+ anos de acordo com quotas de género e freguesia de residência, com autonomia e independência, através de um questionário por entrevista, no sentido de obter dados que pudessem responder à questão de investigação: «*Qual o papel das TIC e as dimensões da e-Saúde e do e-Governo Local para a promoção de um mais adequado envelhecimento ativo para os cidadãos com 65 e mais anos do concelho de Castelo Branco?*» Para o efeito, foram definidos os seguintes objetivos: a) Identificar qual o tipo de utilização que a população com 65 e mais anos faz das tecnologias da informação e da comunicação (telemóvel, computador e internet). b) Conhecer a oferta dos serviços de e-Saúde (Centros de Saúde) e de e-Governo local (Juntas de Freguesia) no concelho de Castelo Branco. c) Recolher a opinião dos responsáveis dos Centros de Saúde sobre a utilização da e- saúde e a opinião dos Presidentes das Juntas de Freguesia sobre a utilização dos serviços de e-Governo Local. d) Aconselhar medidas de intervenção para a utilização das tecnologias da informação e da comunicação para a população com 65 e mais anos do concelho de Castelo Branco, em especial, na área da e-Saúde e do e-Governo Local.

De acordo com os objetivos apresentados, fizeram ainda parte da amostra 15 Presidentes de Juntas de Freguesia e 6 Diretores de Centros de Saúde, aos quais foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com o objetivo de recolher as suas opiniões relativamente ao impacto, às vantagens, às potencialidades, às limitações do e-Governo Local e da e-Saúde, respetivamente, para os cidadãos mais idosos.

A figura 6, que reporta os dados do último censo realizado em Portugal no ano de 2011, vem demonstrar que a região Centro, onde se inclui Castelo Branco, corresponde à segunda mais envelhecida. Estes dados justificam a importância e a pertinência da investigação realizada no sentido de se fazer um levantamento da realidade relativa aos cidadãos mais idosos (65+ anos) no que diz respeito aos seus índices de infoexclusão.

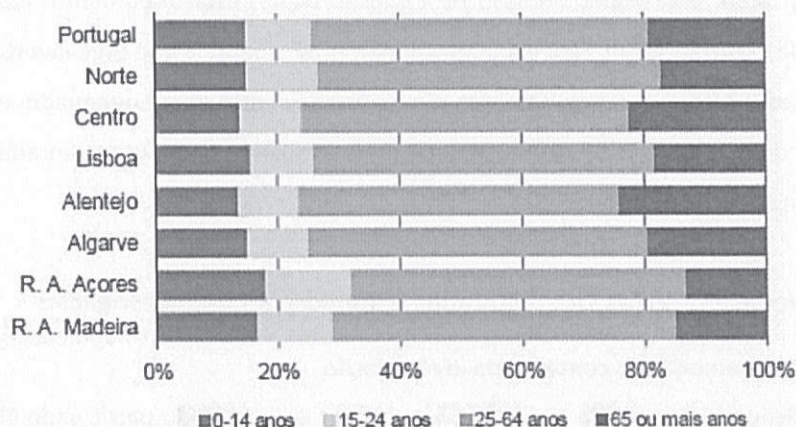


Figura 6 – Estrutura da população residente por grupos etários por NUTS II em 2011 (INE, 2011).

3.2 Os idosos e a utilização das TIC: telemóvel, computador e Internet

A utilização do telemóvel é feita por 53,6% do total da amostra, com o facto um pouco curioso de serem os homens que mais utilizam este dispositivo (58,7%), comparativamente com as mulheres (50%), verificando-se ainda que esta utilização vai diminuindo gradativamente com a idade. Foi ainda referido por 54,3% que a aquisição do telemóvel foi feita a partir da vontade dos seus filhos ou por eles oferecido. Aliás, a utilização que fazem do telemóvel está dedicada quase exclusivamente às chamadas telefónicas para familiares e amigos não havendo referência a qualquer outro tipo de utilização.

No que diz respeito ao computador, apenas 10,3% afirmam que o possuem e utilizam onde, uma vez mais, são os homens que apresentam o maior valor (6%), comparativamente com as mulheres (4,3%). É importante referir que esta utilização é feita maioritariamente em freguesias de cariz urbano e também com uma ligação mais próxima com os níveis mais elevados de habilitações académicas. Em termos globais, 36,6% referem que utilizam os computadores para enviar e receber emails e para jogarem. No seio da amostra, tal como no caso do telemóvel, à medida que se avança na idade há uma diminuição acentuada da utilização o computador que, no caso concreto, se situa de forma mais substantiva entre os 65 e os 74 anos.

Relativamente à utilização da Internet, apenas 9,8% referem a sua utilização, verificando-se novamente o facto de serem os homens que mais a utilizam (5,8%) em comparação com as mulheres (4%). Tal como no caso antecedente, há uma relação direta na utilização da Internet com os níveis de habilitações académicas e com o aumento da idade dos indivíduos da amostra. No que diz respeito à totalidade das utilizações referenciadas, a Internet é utilizada preferencialmente para pesquisarem informação (36,8% pelas mulheres e 63,2% pelos homens) e comunicarem com familiares e amigos (9,1% pelas mulheres e 7,1% pelos homens). Todas as outras utilizações são ocasionais e não significativas, podendo referir-se que apenas um indivíduo utilizava os serviços de *e-Banking*. No caso dos perigos associados à Internet existe uma consciência relativamente aos mesmos, destacando-se o roubo, a fraude e a invasão de privacidade.

Em termos globais, apenas 30,8% referiram ter vontade em obter uma formação em TIC, tendo sido apurado que esta área não constitui uma prioridade que se sinta necessária nas suas rotinas diárias. Contudo, há um sentimento maioritário (64%) de que as TIC são importantes para o país. Uma vez mais, este valor ascende aos 85% no seio dos indivíduos que apresentavam as habilitações académicas mais elevadas (curso superior).

3.3 Os idosos e o e-Governo Local

Em termos pessoais, de acordo com as entrevistas semiestruturadas realizadas a 15 Presidentes de Junta de Freguesia, as TIC encerram quase exclusivamente vantagens quer nas atividades profissionais, quer como responsáveis políticos e institucionais quer em termos meramente pessoais. Para os idosos, na maioria das opiniões proferidas, as TIC podem constituir um meio que quebre o isolamento e a solidão podendo, em simultâneo, estimular as relações intergeracionais. Num outro nível, as TIC podem também servir como 'estimuladores' cognitivos e criarem novos hábitos relacionados como, por exemplo, com a pesquisa de informação na Internet que poderá levar a criar novos hábitos de leitura e, na partilha dessa informação, promover as relações interpessoais. No entanto, também há uma opinião consensual de que a grande percentagem de analfabetismo destes cidadãos mais idosos constitui um entrave para que venham a aprender a usar as TIC, avançando até com a perspectiva de existir uma dada tecnofobia. Para esta realidade, acrescentam o facto destes cidadãos nunca terem incluído as TIC nas suas rotinas diárias pelo que entendem que estas não poderão acrescentar algo para a sua qualidade de vida. Para os autarcas, o e-Governo constitui uma forma de se aproximarem mais dos cidadãos (ex: website) e conferirem uma maior transparência e visibilidade que vem

implicar um maior rigor. Contudo, no seu entender, deverá ser o Governo a impor iniciativas e procedimentos que obriguem a uma utilização mais global das TIC na governança do país.

3.4 Os idosos e a e-Saúde

Para os médicos, as TIC têm para eles praticamente aspetos positivos, onde realçam a possibilidade de recolherem informação e de a partilharem, assim como a possibilidade que lhes dá de poderem atualizar-se nos mais variados domínios. Para os idosos, nas suas opiniões, as TIC poderão ser um ótimo instrumento para os estimularem cognitivamente exercitando, por exemplo, a sua memória, de forma a poderem prevenir doenças do foro degenerativo. Referem também o facto das TIC poderem conferir uma maior sensação de mobilidade pela razão de, através de ferramentas de comunicação síncrona e assíncrona, poderem falar, ver e interagir com familiares e amigos (ex: email e Skype). Esta comunicação, no seu entender, quebra o seu isolamento e promove um maior contacto social que poderá ser gerador de um maior equilíbrio emocional e afetivo, melhorando os seus níveis de saúde.

Relativamente à e-Saúde, um dos maiores problemas que destacaram prende-se com a inexistente ou muito reduzida interoperabilidade entre os diferentes serviços de saúde, em especial os mais afastados, a qual permitiria tornar os serviços mais eficientes e eficazes e que se tornariam mais céleres para um melhor atendimento dos pacientes. Destacou-se o papel importante da Telemedicina mas tal também não se verifica pelo facto da largura de banda e da robustez das ligações não serem ainda as adequadas. No entanto, foram realçados como positivos o Portal da Saúde, a e-consulta e, nalguns serviços, a existência de registos digitais dos pacientes e respetivas bases de dados. Uma outra área em expansão, mas que na realidade destes médicos ainda necessita de melhorar prende-se com a imagiologia. Num outro âmbito, relacionado com a gestão administrativa dos Centros de Saúde, as TIC vêm facilitar muito dos processos e procedimentos, realçando os aspetos relativos a uma maior transparência, por exemplo, na seriação e nos pedidos dos pacientes. Num aspeto mais negativo foi realçado o problema da segurança, proteção dos dados e privacidade dos pacientes que ainda não está cabalmente assegurada.

4 Reflexões para a info-inclusão dos idosos

Os dados vêm demonstrar que as TIC não fazem parte das atividades diárias dos cidadãos mais idosos e as razões que estão na base desta realidade prendem-se com os altos níveis de analfabetismo e de uma inexistência literacia digital. Para estes cidadãos, as TIC ainda não lhes

trouxeram qualquer tipo de benefício nem facilidades relativas ao seu dia a dia. É verdade que cada vez mais todos os cidadãos, sem exceção, terão que possuir competências digitais no sentido de poderem exercer a sua cidadania. Mas para os cidadãos mais idosos, como defende Gil (2015), torna-se necessário que a indústria digital desenhe equipamentos mais ergonómicos e com interfaces mais amigáveis, no sentido de se poder incrementar a utilização de equipamentos digitais pelos mais idosos. Para finalizar, é importante realçar a dupla penalização destes cidadãos. Pois, quem não estiver digitalmente incluído não poderá estar socialmente incluído e, como tal, estes cidadãos estão impedidos do exercício de uma cidadania plena, com todos os deveres e direitos que lhe estão associados. Daí que a «palavra de ordem» torna pertinente e urgente a rápida infoinclusão dos mais idosos com 65+ anos!

5 Referências

- Ala-Mutka, K. & Punie, Y. (2007). Ageing Societies, Learning and ICT. *eLearning Papers*, ISSN 1887-1542. European Commission.
- Alves, F. (2011). A importância das TIC na promoção do envelhecimento ativo. *Tese de Mestrado em Marketing e Gestão Estratégica*. Braga: Universidade do Minho.
- Bloom, D & Canning, D. (2005). Global Demographic Change: Dimensions and economic significance. Harvard Initiative For Global Health – Program on the global demography of aging. Working paper, No1.
- Crossan, B. et al. (2001). Learning, Identity and Citizenship: Researching Older People’s Use of ICT in Scotland. Proceedings of the European Society for Research on the Education of Adults. Lisboa.
- Eurostat (2014). The Eurostat regional yearbook 2014. Acedido em 12 de abril de 2015: <http://ec.europa.eu/eurostat>
- Eurostat (2015). Population structure and ageing. Acedido em 12 de abril de 2015: <http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/>
- Gil, H. (2015). Cidadania Digital 65+: Os cidadãos 65+ do concelho de Castelo Branco, as TIC, a e-Saúde e o e-Governo Local. Coimbra: MinervaCoimbra.
- Harley, D. & Fitzpatrick, G. (2008). YouTube and intergenerational communication: the case of Geriatric 1927. *Univ Access Inf Soc*, 8, pp. 117-142. Springer-Verlag.
- INE (2011). Censos 2011 – Resultados Provisórios. ISBN 978-989-25-0148-2. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2013). Inquérito à Fecundidade 2013. Lisboa: INE – Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2014). Dia Mundial da População. Lisboa: INE – Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2014a). Estimativas da população residente em Portugal. Lisboa: INE – Instituto Nacional de Estatística.
- Notess, M. & Lorenzen-Huber, L. (2006). Online Learning for Seniors: Barriers and Opportunities.
- Obercom (2010). Nativos digitais portugueses – Idade, experiência e esferas de utilização das TIC. Lisboa: Observatório da Comunicação.
- Paúl, C. & Fonseca, A. (2005). *Envelhecer em Portugal*. Lisboa: Climepsi Editores.

- Powell, J. (2010). The power of Global Ageing. *Springer Science and Business Media-LLC Ageing Int*, 35, 1-14.
- Powell, J. & Cook, I. (2009). Global ageing in comparative perspective: A critical discussion. *International Journal of Sociology and Social Policy*, Vol. 29, No 7/8, 388-400.
- Prensky, M. (2001). *Digital Natives, Digital Immigrants, On the Horizon*, MCB University Press, Vol. 9, No 5, Oct.
- Selwyn, N. et al. (2003). Older adults' use of information and communications technology in everyday life. *Ageing & Society*, 23, 561-582.
- Sequeira, C. (2007). *Cuidar dos idosos dependentes*. Coimbra: Quarteto.
- Zimerman, G. (2000). *Velhice: Aspectos Biopsicosociais*. São Paulo: Artmed Editora.